

ATA N° 02/98

1 Aos sete dias do mês de maio do ano de 1998, o Conselho Diretor do
2 COMITESINOS reuniu-se ordinariamente, às 14hs e 30min, na sala de
3 Reuniões, no Centro de Ciências da Saúde-UNISINOS, São Leopoldo.
4 Ao iniciar os trabalhos, o Presidente, Sr. Frederico Leuck, apresentou
5 a pauta estabelecida para a reunião em curso, que constou dos seguintes
6 assuntos: 1) leitura e aprovação da ata nº02/98; 2) manutenção do
7 COMITESINOS;3)adequação do Comitê à Lei nº10.350/98;4)enquadramento
8 do Rio dos Sinos; atividades que compõem a agenda de eventos e
9 realizações em comemoração aos 10 anos do Comitê e 5) Assuntos Gerais.
10 Feita a exposição de assuntos, a Secretária Executiva fez a Leitura da Ata
11 da reunião anterior e a mesma foi aprovada sem retificações. Em seguida, o
12 Presidente apresentou a situação da estrutura administrativa do Comitê
13 dizendo que, do ponto de vista financeiro, a atual condição era crítica, já que
14 os municípios que prestavam contribuição financeira estavam em
15 dificuldades e, por isso, não repassavam os recursos acertados. Neste
16 sentido, a Direção fazia um trabalho de pressão junto a tais municípios na
17 expectativa de que houvesse mais sensibilidade por parte dos Prefeitos.
18 Também existia uma forte pressão para que o Convênio que deverá ser
19 assinado entre o Estado e a UNISINOS com a interveniência do CRH fosse
20 assinado o mais rápido possível, já que um dos objetivos do convênio era o
21 de dar um suporte financeiro à Secretaria Executiva. Em relação aos
22 aspectos jurídicos/ legais e institucionais que compreendem a manutenção
23 do Comitê, Frederico esclareceu que já estavam sendo negociadas as
24 alterações nas leis municipais que autorizam as subvenções mensais, e o
25 aspecto que cada lei deverá contemplar é quanto a indicação da UNISINOS
26 como entidade gestora dos recursos a serem repassados. O Secretário
27 Executivo do CRH, Paulo Renato Paim considerou que a estrutura
28 para operacionalizar a ação do COMITESINOS tinha sido construída a partir
29 do apoio substancial oferecido pela UNISINOS e do apoio financeiro
30 proposto pelos municípios, diferentemente do Comitê Gravataí, que contava
31 com o suporte de entidades públicas, particularmente da Metroplan, que
32 oferecia toda a infra-estrutura necessária, inclusive os recursos humanos
33 para compor a Secretaria Executiva. Portanto, aquele Comitê não enfrentava
34 as mesmas dificuldades do COMITESINOS, pelo menos nestes aspectos.
35 Os Comitês que estavam se formando já se organizavam dentro da Lei, com
36 outra convicção, com outro tipo de posição, inclusive com a previsão de que
37 o Sistema, como um todo, se auto financiará. O momento, para o Sinos, era
38 de dificuldades porque ele ainda não dispunha de alguns requisitos
39 importantes para poder usufruir do Sistema, como, por exemplo, de parte
40 dos recursos gerados pela cobrança pelo uso da água e aplicados na
41 manutenção das estruturas de apoio, como a Agência de Bacia e os próprios
42 Comitês. Tudo era uma questão de tempo, de superar esta fase de
43 transição. Vera Lúcia de Có questionou sobre quem poderia agilizar a

44 assinatura do Convênio e a quem caberia assiná-lo. Paim informou que esta
45 era uma competência do Governador mas que poderia ser delegada ao
46 Secretário de Obras, Saneamento e Habitação, por exemplo. Quanto à
47 agilização da assinatura, Paim considerou que o próprio Comitê poderia
48 exercer pressão junto à Casa Civil. Neste sentido, Frederico se
49 comprometeu a tratar pessoalmente com o Chefe da Casa Civil para acelerar
50 o processo. O Vice-Presidente, Carlos Germano Weinmann informou que,
51 em relação às contribuições dos Municípios, a direção do Comitê havia
52 decido estabelecer contato com os Prefeitos Municipais a partir da realização
53 dos dois grandes eventos programados pelo COMITESINOS, a
54 comemoração dos 10 anos e o Seminário sobre investimentos do Pró-
55 Guaíba em esgotamento sanitário. Tal decisão se dera pela oportunidade de
56 divulgar o Comitê na região e criar uma situação mais favorável para
57 comprometer os Prefeitos. Feitos tais esclarecimentos, Paim anunciou sobre
58 os procedimentos adotados para compor os novos Comitês, e que, de certa
59 forma, deverão ser seguidos também pelo COMITESINOS, na medida em
60 que ele encaminhará a sua adequação à Lei 10.350. Considerou que, como
61 o COMITESINOS já conta com a resolução do Conselho de Recursos
62 Hídricos que define as categorias e número de membros que deverão
63 compô-lo, o passo seguinte é o de promover a assembléia de eleição dos
64 novos representantes. Esta iniciativa é antecedida da publicação de aviso
65 público para a inscrição das entidades, e deve ser elaborado pelo próprio
66 Comitê, sob a coordenação do CRH, e divulgada em dois jornais, um de
67 circulação no Estado e outro, na região. Após as inscrições, todas as
68 entidades habilitadas e credenciadas são chamadas para a Assembléia
69 Geral, quando é realizada a eleição dos representantes de cada categoria. O
70 Conselho delegou à Comissão de Coordenação a tarefa de elaborar o Aviso
71 Público e encaminhá-lo ao CRH, para publicação. Assim decidido, Frederico
72 questionou sobre a velocidade de implantação do Sistema ao que lhe foi
73 respondido por Paim que a velocidade dada era aquela que queria se dar:
74 propositadamente lenta, para poder ser assimilada, experimentada e adquirir
75 uma boa sustentação. Informou que não existe nada feito no Brasil como o
76 que está se fazendo aqui, com muita responsabilidade, seriedade, dentro da
77 proposta de democratização do processo e, avançando sempre. Paim
78 esclareceu que não é nada fácil organizar todas as estruturas e instrumentos
79 previstos no Sistema. Citou o caso da agência que, após criada, tem que se
80 sustentar até a efetivação da cobrança. E, mesmo prevendo esta dificuldade,
81 ela está sendo desenhada com franca possibilidade de ser viabilizada
82 através de recursos do Pró-Guaíba. Paim fez questão de citar a importância
83 que o Pró-Guaíba está tendo para o Sistema na medida em que estão sendo
84 financiados alguns projetos de interesse, como planos de bacia, e estudos
85 técnicos de algumas regiões que serão utilizados posteriormente pelas
86 agências. Concluindo, Paim informou que nenhum Comitê estava
87 padecendo por falta de apoio técnico, oferecidos não apenas pelo CRH mas
88 também pela CORSAN, FEPAM, METROPLAN, e pelas Universidades.
89 Portanto, o ritmo alcançado era o desejado, avançando em bloco,
90 caracterizando um trabalho sistêmico. Frederico considerou que,

91 independente da Lei, os Municípios podem e devem iniciar os seus
92 trabalhos. Citou os exemplos de São Leopoldo, Estância Velha e Dois
93 Irmãos que estavam tomando algumas medidas que trariam benefícios
94 quando a cobrança fosse efetivada. As considerações de Frederico levaram
95 Paim a apontar benefícios que alguns setores já estavam colhendo por
96 antecipar medidas que só serão cobradas com a efetivação dos Sistema.
97 Cotou o caso dos produtores rurais que, preocupados com a tarifação,
98 buscavam métodos de economizar a racionalizar o uso da água. O
99 enquadramento e a tarifação são dois temas importantes a serem levados ao
100 conhecimento dessas categorias pois eles expõe claramente a necessidade
101 de racionalizar e racionar os usos, hoje, tratados ainda com desperdícios.
102 Flávio Lucchese, representante do CODEMA/FIERGS questionou como
103 estavam acontecendo as indicações dos representantes do setor industrial
104 os Comitês que estavam se formando, se havia conflitos e disputas internas,
105 e se estava de fato sendo conduzida uma indicação democrática. Paim citou
106 o exemplo de Caxias do Sul, onde a Associação da Indústria e do Comércio
107 havia assumido a coordenação do processo de indicação dos representantes
108 do setor industrial. Lá, haviam sido chamados todas as associações e
109 sindicatos e, entre eles, houvera consenso nas indicações. Vera Lúcia
110 considerou que, quando se associa o Comitê a um parlamento, dois
111 aspectos auxiliam na sua aprimoração. O primeiro é a questão da
112 proporcionalidade. As vagas disponíveis devem ser ocupadas
113 proporcionalmente pelos setores com atuação local. O segundo, é o aspecto
114 de representatividade. O fato de não haver cadeira cativa, cada categoria
115 pode estabelecer a renovação no final de cada mandato. Se houver conflito
116 interno, cada setor tem que resolver internamente e tem chance de ser
117 modificado quando não houver respostas. No Sinos, até agora, as
118 instituições tiveram cadeira cativa. Com a nova composição, vai haver um
119 aprimoramento na sua constituição o que, possivelmente, provocará maior
120 motivação na participação dos representantes. Tratadas as questões
121 relacionadas à adequação do Comitê à Lei 10.350, o Presidente anunciou
122 que a Comissão de Coordenação havia recomendado que o processo de
123 enquadramento do Rio dos Sinos somente tivesse início a partir da
124 instalação da nova composição do Comitê. Como estava sendo considerada
125 a necessidade de realização de um amplo esclarecimento sobre o tema a
126 todos os agentes envolvidos com o processo, a recomendação ficava
127 submetida à aprovação do Conselho. O Conselho aprovou a recomendação.
128 Antes de serem tratados os assuntos gerais, a Secretaria Executiva
129 apresentou a relação das atividades planejadas para comporem a agenda
130 de comemoração aos 10 anos do COMITESINOS. Informou que 6 delas já
131 haviam sido realizadas, a saber, a edição da Revista COMITESINOS 10
132 anos, patrocinada pela CORSAN. O Caderno de Imprensa, confeccionado
133 pela Secretaria Executiva do Comitê, com a fornecimento das matérias
134 jornalísticas selecionadas e organizados pelos Engº Luiz Antônio Timm
135 Grassi e Vera Lúcia de C6, da CORSAN e por Arno Kayser, do Movimento
136 Roessler. Ainda, a realizaç6o do Caf6-da-Manh6 patrocinado pelo SEMAE e

137 dirigido aos profissionais dos meios de comunicação, oportunidade em que
138 havia sido fornecido todo o material para a divulgação dos eventos
139 programados. A comemoração dos anos do Comitê realizada na UNISINOS,
140 a realização do Seminário “Expectativas e Possibilidades de Investimentos
141 em Esgotamento Sanitário na Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos”,
142 patrocinado pela CORSAN e UNISINOS, e, por último, a participação do
143 Comitê no Seminário “Água para a Indústria Paulista – Desafio para o
144 próximo milênio”, organizado pela Câmara Americana de Comércio, com
145 apoio da Câmara de Comércio Brasil/Alemanha; ABRH e ABES. Dadas as
146 informações, foi apresentada aos Conselheiros presentes a planilha contendo
147 a relação das demais atividades planejadas e ainda não realizadas para
148 que cada Conselheiro indicasse onde a sua instituição poderia colaborar na
149 etapa de execução. Feito isto, Paulo Renato Paim e Adolfo Antônio Klein,
150 este último Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Associação da
151 Indústria e do Comércio de Novo Hamburgo e representante da Aicsul,
152 apresentaram o relato sobre o seminário ocorrido em São Paulo “Água para
153 a Indústria Paulista – Desafio para o próximo milênio” onde puderam
154 apresentar a experiência do COMITESINOS e as iniciativas do setor
155 industrial da região relacionadas à água. O evento, segundo os
156 participantes, servira para reconhecer o estágio avançado em que se
157 encontra o Sistema Gaúcho e as experiências de Comitês, frente às
158 iniciativas dos outros estados. Apesar de São Paulo enfrentar situações
159 muito problemáticas, inclusive com transposição de água de uma bacia para
160 outra para suprir as necessidades de abastecimento causadas pelo
161 comprometimento da qualidade das águas disponíveis, não existe uma ação
162 coordenada e estruturada como a que está em fase de efetivação aqui no
163 nosso Estado. O próprio setor industrial, para quem foi dirigido o evento, não
164 está preparado e organizado para enfrentar as situações onde a água é
165 reconhecidamente um recurso escasso. A atuação do COMITESINOS e,
166 particularmente, a atuação das indústrias do setor coureiro-calçadista foram
167 muito questionadas por servirem como referências bem sucedidas e
168 experiências a serem perseguidas. Prestadas as informações, o Presidente
169 agendou a reunião do mês de julho, marcada para o dia 8, na Estação de
170 Tratamento de Esgotos de Esteio operada pela CORSAN. Feito isto, a
171 reunião foi encerrada e, não havendo nada mais a tratar a reunião foi
172 encerrada. Para constar, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada será
173 assinada pelo Presidente e por mim.

São Leopoldo, 16 de julho de 1998.

Viviane Nabinger
Secretária Executiva

Frederico Edvino Leuck
Presidente